

PLANO MUNICIPAL DE DRENAGEM E MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS URBANAS

PLANO DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL



Cachoeiro de Itapemirim-ES

2022

REALIZAÇÃO



PREFEITURA DE
CACHOEIRO

EXECUÇÃO



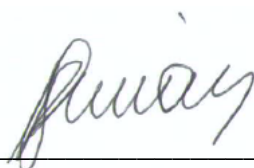
LAGESA



Fundação Espíto-santense de Tecnologia
Fundação de apoio à Universidade Federal do Espírito Santo - UFES

APRESENTAÇÃO

O presente documento é parte constitutiva das etapas de elaboração do Plano Municipal de Drenagem e Manejo de Águas Pluviais Urbanas (PMD) e refere-se ao se à definição teórico-metodológica e às estratégias previstas de mobilização social para a elaboração do referido plano para o município de Cachoeiro de Itapemirim.



RENATO RIBEIRO SIMAN
COORDENADOR DO PROJETO

Versão	Entrega
01	10/02/2022
02	11/03/2022

EQUIPE TÉCNICA

Coordenador Geral

Renato Ribeiro Siman - Engenheiro Químico - DSc. Hidráulica e Saneamento Básico

Gerenciamento do Projeto

Renato Meira de Sousa Dutra - Engenheiro Ambiental - MSc. Engenharia e Desenvolvimento Sustentável

Especialistas

Daniel Rigo – Engenheiro Civil - DSc. Engenharia Oceânica

Ednilson Silva Felipe - Economista - DSc. Economia da Indústria e da Tecnologia

Jorge Luiz dos Santos Junior - Economista - DSc. Ciências Sociais

Suzana das Neves Silva – Engenheira Ambiental

LISTA DE FIGURAS

Figura 6-1 - Sequência cronológica das etapas de elaboração dos PMD com destaque para os momentos de participação social (em laranja).....	26
Figura 6-2 - Fluxograma de reuniões para confecção do PMD de Cachoeiro de Itapemirim.....	27
Figura 6-3 – Modelo de Formulário de Contribuições para a Audiência.....	34
Figura 6-4 - Homepage da Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim. .	36
Figura 6-5 – Homepage do site do Lagesa/Ufes.	37
Figura 7-1 - Modelo de convite eletrônico.	39
Figura 7-2 - Modelo de arte para divulgação em mídias sociais.	39
Figura 7-3 – Exemplo de notícia.....	40
Figura 7-4 - Métricas de avaliação do público.	41
Figura 7-5 – Modelo de Ficha de Avaliação dos eventos de mobilização virtuais.	44
Figura 7-6 – Exemplo de página principal do site do PMD disponibilizado na homepage do Lagesa.....	45

LISTA DE QUADROS

Quadro 6-1 - Exemplos de reuniões, oficinas, audiências públicas e eventos semelhantes acontecendo em formato virtual no Estado do Espírito Santo e no Brasil	23
Quadro 7-1 – Meios de verificação de acordo com a modalidade de execução.	41
Quadro 7-2 – Meios de verificação de acordo com a modalidade de execução.	42
Quadro 8-1 – Principais setores e instituições envolvidos na construção do PMD.	47

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	6
2	A PARTICIPAÇÃO SOCIAL E A DEMOCRATIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL: BUSCA E AFIRMAÇÃO DO DIREITO À CIDADE	10
3	ESTATUTO DAS CIDADES E O PLANO MUNICIPAL DE DRENAGEM E MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS URBANAS: DEMOCRATIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL	15
4	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	18
5	ACOMPANHAMENTO.....	20
6	ESTRATÉGIAS E AÇÕES DE MOBILIZAÇÃO.....	21
6.1	EVENTOS DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL	21
6.2	PARTICIPAÇÃO DIGITAL	35
6.3	CONSULTA PÚBLICA	37
7	INSTRUMENTOS DE COMUNICAÇÃO	38
7.1	MEIOS DE VERIFICAÇÃO DOS EVENTOS DE MOBILIZAÇÃO.....	40
7.2	RECURSOS A SEREM DISPONIBILIZADOS PARA A REALIZAÇÃO DOS TRABALHOS.....	42
7.3	FORMAS DE DISPONIBILIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES E CANAIS DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL.....	42
8	FASES DO PLANO DE MOBILIZAÇÃO	46
8.1	FASE 1 - ESTIMULAR OS SETORES SOCIAIS A PARTICIPAREM DO PROCESSO.....	46
8.2	FASE 2 - DIVULGAR AMPLAMENTE O PROCESSO, AS FORMAS E CANAIS DE PARTICIPAÇÃO.	47
8.3	FASE 3 - PROMOVER A DISCUSSÃO E A PARTICIPAÇÃO POPULAR NA FORMULAÇÃO, DISCUSSÃO DE PROPOSTAS E INSTRUMENTOS DO PLANO	49
8.4	FASE 4 - GARANTIR A AVALIAÇÃO E RESPOSTAS A TODAS AS EMENDAS APRESENTADAS AO PLANO.	49
9	RESULTADOS ESPERADOS	50
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	51
	APÊNDICE A – MAPA DAS UTAPS DEFINIDAS PARA CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM.....	53

1 1 INTRODUÇÃO

2 O Plano Municipal de Saneamento Básico, do qual faz parte o Plano Municipal de
3 Drenagem e Manejo de Águas Pluviais Urbanas (PMD), é um instrumento exigido pela
4 Lei Federal nº 11.445/2007 (regulamentada pelo Decreto Federal nº 7.217/2010) que
5 instituiu a Política Nacional de Saneamento Básico, atualizada pela Lei Federal nº
6 14.026/2020, que institui o novo Marco Legal do Saneamento Básico. Sua
7 implementação, em conjunto com o Plano Municipal de Água, Esgoto e Gestão
8 Integrada de Resíduos Sólidos (PMAE/PMGIRS), possibilitará planejar as ações em
9 saneamento básico do município de Cachoeiro de Itapemirim, na direção da
10 universalização e integralização dos atendimentos.

11 Com a intenção de potencializar a resolução de problemas comuns, qualificar os
12 resultados e otimizar a aplicação de recursos, a Prefeitura Municipal de Cachoeiro de
13 Itapemirim (PMCI) celebrou o Contrato nº 24/2022 com a Universidade Federal do
14 Espírito Santo (UFES), com interveniência da Fundação Espírito Santense de
15 Tecnologia (FEST), para elaboração de seu Plano Municipal de Drenagem e Manejo
16 de Águas Pluviais Urbanas (PMD). O prazo de vigência do contrato será de 24 (vinte
17 e quatro) meses, com prazo de execução dos serviços de 18 (dezoito) meses, a contar
18 da data assinatura do Contrato em 08/02/2022.

19 Como atribuições indelegáveis do titular dos serviços, o PMD deve ser elaborado com
20 participação social, por meio de mecanismos e procedimentos que garantam à
21 sociedade informações, representações técnicas e participações nos processos de
22 formulação de políticas, de planejamento e de avaliação relacionados aos serviços
23 públicos de saneamento básico.

24 Desse modo, o presente documento apresenta uma proposta de Mobilização Social
25 para a efetividade da participação social na elaboração destas importantes políticas
26 públicas, desencadeada pela iniciativa da PMCI, sendo está, fundamental à garantia
27 de direitos e condições de vida das populações dos municípios do Estado do Espírito
28 Santo.

29 A Lei nº 11.445/2007, que define as diretrizes nacionais para o saneamento básico,
30 estabelece o controle social como um de seus princípios fundamentais e o define

1 como o “conjunto de mecanismos e procedimentos que garantem à sociedade
2 informações, representações técnicas e participações nos processos de formulação
3 de políticas, de planejamento e de avaliação relacionados aos serviços públicos de
4 saneamento”.

5 Assim, o objetivo deste plano é mobilizar a sociedade cachoeirense para
6 sensibilização e participação no PMD, devido à importância do envolvimento da
7 sociedade nas discussões acerca dos planos, propiciando a oportunidade de
8 conhecerem e entenderem a área de saneamento de seu município, participarem na
9 discussão das causas dos problemas e da busca de soluções coerentes.

10 A execução do Plano de Mobilização Social contemplará prioritariamente as
11 seguintes diretrizes:

- 12 a) Possuir caráter democrático e participativo;
- 13 b) Envolver a população na discussão das potencialidades e dos problemas de
14 salubridade ambiental e saneamento básico;
- 15 c) Sensibilizar a sociedade para a importância dos investimentos em saneamento e
16 suas vantagens;
- 17 d) Conscientizar a sociedade para a responsabilidade coletiva;
- 18 e) Estimular os segmentos sociais a participarem do processo de gestão ambiental;
- 19 f) Sensibilizar os gestores municipais para o fomento das ações de educação
20 ambiental e mobilização social de forma permanente;
- 21 g) Incluir como tema a educação ambiental;

22 Sendo assim, percebe-se a importância dada ao estímulo à participação da
23 sociedade, processo que permitirá elaborar um plano coerente e adequado com a
24 realidade local e capaz de promover a melhoria da qualidade de vida da população
25 local, propiciados por uma melhor prestação dos serviços públicos de saneamento
26 básico.

27 Dessa maneira, o PMD, no que concerne à mobilização social, abará atividades
28 para a mobilização social, tais como:

- 1 a) Identificação de atores sociais envolvidos no processo de elaboração do PMD no
- 2 município;
- 3 b) Identificação e discussão preliminar da realidade atual dos municípios, no âmbito
- 4 do saneamento básico no eixo de drenagem e manejo de águas pluviais urbanas;
- 5 c) Capacitação, audiências, encontros técnicos participativos; e
- 6 d) Divulgação da elaboração do PMD a todas as comunidades (rural e urbana), bem
- 7 como a maneira que será realizada tal divulgação.

8 Com a finalidade explicitada, este documento está organizado em três momentos. O
9 primeiro apresenta a relevância da participação social na democratização das políticas
10 públicas no Brasil, com destaque para a compreensão deste processo na conquista e
11 afirmação do Direito à Cidade, em seus aspectos teóricos e políticos. A segunda traz
12 em linhas gerais, as diretrizes preconizadas no Estatuto das Cidades (lei 10.257/2001)
13 no que diz respeito aos processos democráticos para a efetivação das políticas
14 urbanas, destacando-se dentre estas, o Saneamento Ambiental. Finalizando,
15 trataremos dos procedimentos metodológicos de execução do Plano de Mobilização
16 Social (PMS) no município, considerando as orientações normativas e pedagógicas
17 do trabalho técnico social adotado a ser desenvolvido.

18 Vale destacar que as orientações normativas e pedagógicas estão pautadas nos
19 princípios democráticos e de educação popular, sendo assim, buscar-se-á atender às
20 demandas legais de controle social prevista em Constituição vigente, Estatuto das
21 Cidades, e, Leis 11.445/2007 e 14.026/2020, através da adoção de procedimentos
22 que garantam a participação social efetiva.

23 Nesse sentido, o trabalho técnico social executado em Cachoeiro de Itapemirim
24 através das Reuniões de Mobilização Social descritas neste documento será
25 orientado por um posicionamento democrático e comprometido com a população
26 atendida.

27 Essas orientações podem ser materializadas pelos procedimentos descritos neste
28 documento, como a adoção de metodologias de divulgação eficientes das reuniões,
29 adoção de uma linguagem acessível em reunião que propicie a desinibição dos
30 presentes, bem como a capacitação dos participantes, a fim de instrumentaliza-los
31 para o controle social efetivo durante as etapas de elaboração e execução do plano,

1 e, priorização de instrumentos que possibilitem a manifestação, inclusive anônima,
2 dos presentes como a distribuição de fichas de avaliação da reunião, caderno de
3 perguntas em etapa de diagnóstico, e fichas de contribuições.

4

1 2 A PARTICIPAÇÃO SOCIAL E A DEMOCRATIZAÇÃO DAS POLÍTICAS 2 PÚBLICAS NO BRASIL: BUSCA E AFIRMAÇÃO DO DIREITO À CIDADE

3 O ponto de partida para justificar a relevância da participação social na elaboração,
4 implementação, avaliação e controle social das políticas públicas está relacionado à
5 relevância do fortalecimento desses espaços para defesa do *Direito à Cidade*, tendo
6 em vista o seu caráter público e fundamental para a sobrevivência e sociabilidade
7 humana contrária à barbárie, hoje instituída no cenário urbano mundial e regional.

8 O caminho teórico de Henri Lefebvre e outros da matriz crítico-dialética, indica que as
9 cidades refletem o modelo de produção e de reprodução da sociedade, por isso não
10 guardam somente as propriedades essenciais do capital, mas as amplia de forma
11 mágica.

12 Portanto, o desenho da cidade acompanha a divisão sócio/técnica do trabalho, que se
13 manifesta de forma evidente na posse da terra e seu uso, na segregação entre os
14 bairros e distritos, nas construções, nos serviços, enfim, no *modus vivendi* do lugar.
15 Este modelo da cidade capitalista e privada, moldam a racionalidade e a organização
16 espacial, que é permeada pela formação econômica e política das Cidades e se
17 apresenta nas diferenças e desigualdades, no acesso aos recursos naturais, aos bens
18 e serviços, nas formas e manifestações das identidades culturais, na hierarquia dos
19 locais e grupos, nas formas de consumo e na atuação e influência dos grupos sociais,
20 etc. (LEFEBVRE, 1999).

21 Com este pressuposto, é possível compreender o ciclo de exclusão e segregação do
22 espaço e as condições desiguais do acesso aos bens e serviços no território, por sua
23 vez, geram novos processos de expropriação e marginalização de segmentos
24 populares ao *Direito à Cidade* (LEFEBVRE 2009). Várias situações do cotidiano
25 ilustram este dado do real, tais como: a cisão entre o rural e o urbano, a falta de
26 recursos financeiros e acesso ao transporte coletivo para os que moram mais longe;
27 o tempo de deslocamento das periferias para o centro; a ausência de escolas para o
28 público com menor escolaridade e maior necessidade de elevação do grau de
29 instrução para obter oportunidades de trabalho; a falta de infraestrutura em locais
30 onde as moradias são precárias e mais vulneráveis às intempéries ambientais, etc.
31 Estes dados de realidade nos servem como confirmação das contradições existentes

1 na cidade capitalista industrial, que se baseiam e se estruturam a partir das relações
2 econômicas.

3 Cabe destacar, que essa dinâmica ocorre da escala do global para o local e as
4 determinações econômicas internacionais vêm crescentemente influenciando na
5 produção dos territórios.

6 Tomando por base as formas de regulação do Estado moderno em relação às
7 demandas sociais, datada do século XIX, temos hoje um modelo decorrente das
8 tensões que marcaram os interesses antagônicos das classes sociais, que resultaram
9 em avanços jurídicos. Portanto, a atual democracia pode ser vista como fruto da
10 correlação de forças na direção e organização da relação entre Estado e Sociedade.

11 Uma das práticas mais importantes da política democrática consiste justamente
12 em propiciar ações capazes de unificar a dispersão e a particularidade das
13 carências em interesses comuns, e, graças a essa generalidade, fazê-las
14 alcançar a esfera universal dos direitos. Em outras palavras, privilégios e
15 carências determinam a desigualdade econômica, social e política,
16 contrariando o princípio democrático da igualdade, de sorte que a passagem
17 das carências dispersas em interesses comuns, e destes aos direitos é a luta
18 pela igualdade. Avaliamos o alcance da cidadania popular quando tem força
19 para desfazer privilégios, seja porque os faz perder a legitimidade diante dos
20 direitos e também quando tem força para fazer carências passarem à condição
21 de interesses comuns e, destes, a direitos universais. (CHAUÍ, 2005, p.26)

22 Para efeitos da discussão em tela, consideramos como principal referência às
23 transformações ocasionadas com advento da Constituição Federal de 1988 em diante,
24 esta que demarca a descentralização político-administrativa do Estado brasileiro como
25 diretriz jurídica das práticas da gestão participativa e democrática. Tal processo
26 emerge num contexto em que o debate sobre a opção do Estado ganha a cena pública
27 diante dos “abismos” gerados pela hegemonia da dimensão econômica e
28 desenvolvimentista em detrimento da dimensão humana e social.

29 Numa concepção gramsciana, “a construção hegemônica do grupo dominante não se
30 restringe às relações de dominação e exploração no terreno da economia, mas remete
31 à formação de uma cultura que torna hegemônica e universal a visão de mundo de
32 uma classe” (MOTA, 2005, p. 32). Disso procede a formação de consensos, que, por
33 um lado, garantem a governabilidade dentro de padrões mínimos de sobrevivência e

1 de participação formal da classe trabalhadora nos processos decisórios e, por outro,
2 mostram as fissuras do modelo baseado na acumulação de capitais, em que o Estado
3 liberal (hegemônico) revela-se incapaz de suprir as reais demandas da população,
4 ficando mais evidente a impossibilidade de separação entre economia e política, base
5 para a compreensão do real e da ação coletiva emancipatória (ABREU e PRADO,
6 2008). Diante desta perspectiva, a conquista da democracia implica na ampliação e
7 consolidação de garantias e direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais, o
8 que pressupõe a distribuição de riquezas socialmente produzidas e o reconhecimento
9 das classes sociais que buscam sua afirmação diante da suposta igualdade social do
10 estado moderno.

11 Assim, a sociedade ao reivindicar e construir historicamente as políticas públicas,
12 dentre elas as políticas sociais, vislumbra-se como campo de possibilidades, o
13 fortalecimento da democracia em sentido amplo (político, social e econômico),
14 manifestando uma estratégia de tensionamento do modelo social capitalista e
15 explicitando as suas contradições. Já que o alargamento dos direitos sociais e da
16 construção de uma sociedade baseada na justiça e equidade, pressupõe a superação
17 das desigualdades e a plena expansão dos indivíduos sociais (livre de exploração e
18 opressões). Por isso, um longo caminho se coloca na tarefa de radicalização da
19 democracia neste modelo de produção e reprodução da vida social.

20 Destarte, é possível afirmar que:

21 [...] a política social é concebida como uma arena de confronto de interesses
22 contraditórios em torno do acesso à riqueza social, na forma de parcela do
23 excedente econômico apropriada pelo Estado. A política social está em
24 permanente contradição com a política econômica, uma vez que aquela
25 confere primazia às necessidades sociais, enquanto esta tem como objeto
26 fomentar a acumulação e a rentabilidade dos negócios na esfera do mercado.
27 Combinam-se, então, as duas funções básicas do Estado capitalista: criar
28 condições que favoreçam o processo de acumulação e articular mecanismos
29 de legitimação da ordem social e econômica. [...] O que equivale dizer que as
30 políticas públicas, sociais e econômicas, longe da ideia de consenso social,
31 são expressões de conflitos de interesses das camadas e classes sociais.
32 Posições em confronto na sociedade expressam-se no Estado, privilegiada
33 arena de luta política, em torno das políticas sociais e econômicas, ou seja,

1 Forças políticas diversas - de um lado por exigências da democracia formal nos
2 projetos de financiamento do Banco Mundial, visando o controle das massas e a
3 formação do consenso e de outro, as demandas reais da classe trabalhadora - o
4 Estado brasileiro, incorporou na sua forma de governo a participação popular e o
5 controle social, que emergiram no bojo das demandas dos movimentos sociais e da
6 luta por direitos desencadeadas na década de 80 e que culminaram com a
7 descentralização político-administrativa da Constituição de 88. Tal legislação, prevê
8 dentre outras, a exigibilidade e institucionalização da criação de instâncias
9 participativas como parte da formulação, controle e avaliação das políticas públicas,
10 bem como pode servir como estratégia para o fortalecimento do regime democrático
11 brasileiro por meio da participação popular, colocando no cenário político a disputa
12 por interesses coletivos mais amplos.

13 Dessa forma, os instrumentos como Plano Plurianual de Aplicação (PPA), Lei de
14 Diretrizes Orçamentárias (LDO), Lei Orçamentária Anual (LOA) e os planos locais de
15 desenvolvimento passam também a expressar a racionalidade e intencionalidade dos
16 governos em relação ao atendimento das demandas sociais, econômicas e políticas
17 no espaço contraditório e em disputa na esfera pública das cidades.

18 Além de instrumentos de gestão, incorpora-se nesta dinâmica os conselhos de
19 políticas de defesa de direitos que podem ser definidos como insta a seguir

20 Os conselhos podem, então, ser avaliados como uma das arenas das quais
21 tem se processado a disputa em torno desses modelos, projetos políticos e por
22 parcelas de poder. Não devem ser tomados como uma instância privilegiada
23 ou de importância crucial, mas compõem o conjunto das instituições, arenas,
24 experiências e práticas com as quais a experiência democrática brasileira tem
25 se realizado (DAGNINO, 2003:30). Ao lado das experiências do orçamento
26 participativo, das conferências, plenárias temáticas, audiências públicas,
27 plebiscitos e fóruns, somam-se a conquista desse espaço de tematização das
28 questões sociais, articulação, negociação e decisão. (FERRAZ, 2006, p. 71)

29 Desde então, outras formas de participação social passam a fazer parte nos
30 processos de elaboração e acompanhamento das políticas sociais no Brasil. Dentre
31 elas, encontram-se as políticas urbanas.

32

1 **3 ESTATUTO DAS CIDADES E O PLANO MUNICIPAL DE DRENAGEM E**
2 **MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS URBANAS: DEMOCRATIZAÇÃO E**
3 **PARTICIPAÇÃO SOCIAL**

4 Reconhecida pelo avanço jurídico-social, a CF de 1988 preconiza a função social das
5 cidades em seus artigos 182 e 183, regulamentados na Lei nº 10.257/2001, que
6 dispõe sobre o Estatuto das Cidades. O artigo 1º, afirma que o Estatuto *“estabelece*
7 *normas de ordem pública e interesse social que regulamentam o uso da propriedade*
8 *urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem*
9 *como do equilíbrio ambiental.”* (BRASIL, 2001, p.1).

10 Em conformidade com esta lei, a política urbana tem por objetivo ordenar o pleno
11 desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, onde um
12 dos princípios do Estatuto trata da gestão democrática por meio da participação da
13 população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na
14 formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de
15 desenvolvimento urbano.

16 Vale lembrar que a política de saneamento ambiental é parte integrante das políticas
17 de desenvolvimento urbano, juntamente e de forma integrada, à habitação, à
18 mobilidade e o trânsito, à regularização fundiária e ao planejamento territorial.

19 Sabe-se que acesso aos serviços de saneamento básico e condição essencial para
20 se garantir níveis adequados de saúde pública. Os documentos oficiais da política de
21 saneamento básico indicam que o investimento neste setor deve ser, portanto,
22 prioritário, pois resulta em melhoria da qualidade de vida da população e contribui
23 diretamente para a sustentabilidade ambiental.

24 Nos últimos anos, de acordo com o Ministério das Cidades (2009), o Governo Federal
25 tem investido fortemente no setor, na busca da universalização dos serviços de
26 saneamento básico, que compreendem o abastecimento de água potável, o
27 esgotamento sanitário, a limpeza urbana e o manejo de resíduos sólidos, e a
28 drenagem e o manejo das águas pluviais urbanas, conforme preconiza a Lei no.
29 11.445/2007. Segundo a citada Lei, que estabeleceu diretrizes nacionais para o
30 saneamento básico, cabe exclusivamente ao município formular a Política Pública e
31 elaborar o Plano Municipal de Saneamento Básico, atribuição essa indelegável.

1 Importante também ressaltar que a política e o plano são atribuições indelegáveis do
2 titular dos serviços e devem ser elaborados com a participação da sociedade, por meio
3 de mecanismos e procedimentos que lhe garantem informações, representação
4 técnica e participação nos processos de formulação de políticas, de planejamento e
5 de avaliação relacionados aos serviços públicos de saneamento básico.

6 Por ser o principal instrumento da política de saneamento básico, o Plano deve
7 expressar um compromisso coletivo da sociedade em relação à forma de construir o
8 futuro do saneamento no território. Deve partir da análise da realidade e traçar os
9 objetivos e estratégias para transformá-la positivamente e, assim, definir como cada
10 segmento deve se comportar para atingir os objetivos e as metas traçadas.

11 É com esta compreensão que a mobilização e a participação da população são
12 imprescindíveis para a efetivação deste instrumento, desde a sua elaboração ao seu
13 acompanhamento e avaliação com o controle social desta política.

14 Como já mencionado, os serviços de saneamento estão relacionados de forma
15 indissociável à produção social e reprodução dos sujeitos e sua qualidade de vida,
16 bem como ao processo de proteção dos ambientes naturais, em especial dos recursos
17 hídricos. Nesse sentido, é imprescindível desenvolver ações educativas que
18 possibilitem a compreensão deste como um direito humano inalienável, que deve
19 assegurar-se de forma universal e por isso, a questão exige e estimular a participação
20 popular, engajada e consciente, no enfrentamento dessa questão.

21 Na busca pela universalização dos serviços de saneamento é fundamental estimular
22 um olhar atento à realidade em que se vive, uma vez que para transformá-la é
23 essencial que a população conheça os diferentes aspectos relacionados ao
24 saneamento, participe ativamente dos foros onde são tomadas as decisões sobre as
25 prioridades de empreendimentos e exerça controle social ao longo do processo.

26 Nesta perspectiva pressupõe-se o processo de elaboração do Plano como um espaço
27 fundamental para a educação ambiental, em que o controle social é colocado como
28 necessário à implementação da Política de Saneamento, por meio da participação
29 popular em audiências e consultas públicas, licenciamento ambiental e execução dos
30 planos municipais, nas revisões tarifárias, em órgãos colegiados e no direito à
31 informação dos serviços prestados (BRASIL, 2009).

1 Desta forma, a avaliação da sociedade deve ser encarada como um indicador de
2 desempenho e adequação dos serviços de saneamento, reivindicando a
3 transparência das ações e dos processos decisórios, a segurança, a qualidade e a
4 regularidade dos serviços de saneamento.

5 Tendo em vista a perspectiva de participação social até aqui desenvolvida, o objetivo
6 central do trabalho de mobilização social é de possibilitar a participação comunitária
7 de forma democrática, para que os moradores possam compreender, refletir e poder
8 intervir de forma mais ativa nas decisões relacionadas ao PMD. Assim, busca-se a
9 valorização do conhecimento, o interesse, o antagonismo e a experiência dos diversos
10 sujeitos sociais contribuirão para a elaboração do diagnóstico participativo, de modo
11 a garantir a legitimidade e sustentabilidade aos programas, projetos e ações que deles
12 venham a se desdobrar.

13 A perspectiva do trabalho ao abordar os diferentes temas que norteiam o eixo de
14 drenagem e o manejo das águas pluviais urbanas visando garantir ainda, a
15 integralidade e a intersectorialidade dos problemas identificados, bem como as suas
16 possíveis soluções (BRASIL, 2011).

17

1 4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

2 As abordagens participativas, apesar de suas contradições e diferentes
3 funcionalidades, são amplamente difundidas e inclusive servem para subsidiar e dar
4 materialidade às orientações normativas das políticas urbanas. Desde a aprovação
5 do Estatuto das Cidades (2001) em várias cidades brasileiras, tendo em vista que
6 “Pelo planejamento territorial, vem se construindo a concepção de que é possível
7 converter a cidade em benefício para todos; pode-se democratizar as oportunidades
8 para os moradores para o uso dos recursos disponíveis de forma democrática e
9 sustentável” (BRASIL, 2005, p.14)

10 Entretanto, apesar dos avanços, as experiências têm mostrado que muitos destes
11 processos cumprem formal-burocraticamente, a etapa da “participação”, sob um viés
12 de submeter à aprovação final da população os resultados de uma leitura técnica
13 acerca dos Planos. Ou seja, o espaço para a construção coletiva do Plano, é tido como
14 algo distante, restrita aos segmentos dominantes na dinâmica política das cidades.
15 Segundo Rolnik (2002), o trabalhador que produz a riqueza social e ocupa o território,
16 é historicamente excluído deste importante processo de decisão dos rumos da Cidade
17 (seja pelo processo, pela linguagem, pela dinâmica, pelo acesso etc.).

18 Por isso é primordial a presença e o espaço para que a população possa intervir e
19 participar desde a elaboração do diagnóstico integrado da situação local dos
20 componentes do PMD.

21 Tendo em vista os objetivos propostos para a Mobilização Social, as atividades com
22 a comunidade, serão desenvolvidas por meio de estratégias didático-pedagógicas que
23 privilegiem a compreensão e o diálogo dos participantes acerca dos mesmos
24 conteúdos previstos na legislação, que são, geralmente, pouco conhecidos do público
25 em geral.

26 Desta forma, optou-se por trabalhar as informações de modo a potencializar o
27 conhecimento prévio dos participantes acerca da realidade local, seus desafios,
28 conflitos e dinâmicas próprias do contexto de cidades de pequeno porte e sua
29 experiência de usos e organização do território, considerando a sua diversidade
30 (urbano, rural, étnica, de gênero, de classe etc.). A abordagem teórica se pauta na
31 metodologia da “práxis”, como afirma Konder (1992, p. 115):

1 A práxis é atividade concreta pela qual os sujeitos humanos se afirmam no
2 mundo, modificando a realidade objetiva e, para poderem alterá-la,
3 transformando-se a si mesmos. É a ação que, para se aprofundar de maneira
4 mais consequente, precisa da reflexão, do autoquestionamento, da teoria; e é
5 a teoria que remete à ação, que enfrenta o desafio de verificar seus acertos e
6 desacertos, cotejando-os com a prática.

7 Com este pressuposto, entende-se que há um potencial subjacente em todos os
8 sujeitos histórico- sociais e que os processos de construção do conhecimento e da
9 própria realidade se dão de forma dialética, visando sobretudo, a construção de novas
10 hegemonias de acordo com interesses populares (GRAMSCI, 2004). Desse modo, a
11 metodologia se pautará em recursos da educação popular, que adota como princípio
12 a criação de espaços para o exercício dos sujeitos na construção coletiva de uma
13 “consciência para si”¹, uma vez que as contradições, a dimensão política (aqui a
14 política entendida como exercício do Ser Social), os interesses universais, são
15 colocados como possibilidade de formação e motivação para ação dos participantes.
16 Portanto, embora a discussão tenha o foco na elaboração do PMD, a metodologia se
17 propõe como espaço formativo, em sua dimensão ético-política, no sentido de buscar
18 a reflexão do processo “Porque, para que, para quem, como?”, alcançando dessa
19 forma o que Traspadine (2009) sugere como pressuposto do método de trabalho com
20 a população.

21 A formação política, com base na educação popular, nestes espaços é um
22 elemento constitutivo dos encontros. Com ela, vamos passo a passo, a partir
23 do que os sujeitos trazem, reconsiderando nosso saber coletivo.
24 Sujeitos que acham que sabem pouco, se reconhecem conhecedores de algo.
25 Sujeitos que acham que sabem um pouco mais, reveem suas posições no
26 encontro com outros. E o sujeito político que emana daí sai revigorado para
27 uma práxis reflexiva e revolucionária. Sai com o ímpeto de aprender fazendo,
28 fazer pensando, construir um processo fincando suas bases em um nós
29 (TRASPADINE, 2009, p.02).

¹ De acordo com pensamento de Marx, do conceito de “classe em si” e “classe para si”.

1 5 ACOMPANHAMENTO

2 A proposta apresentada para o Plano de Mobilização proporcionará momentos de
3 participação da sociedade no desenvolvimento dos trabalhos para realização do PMD.

4 Na gestão do contrato dois grupos atuarão de maneira mais direta no
5 acompanhamento, participando das análises dos produtos e serão agentes de
6 contribuição e promoção de mudanças necessárias.

7 O primeiro deles é o Grupo Técnico de Acompanhamento (GTA) do PMD, formado
8 por servidores com experiência nos serviços de drenagem e manejo de águas pluviais
9 urbanas. O segundo grupo será formado pelos representantes da Secretaria Municipal
10 de Meio Ambiente que ficarão com a função de gerenciar, acompanhar e fiscalizar a
11 elaboração do plano.

12 Além disso, será designado um Fiscal de Contrato pela Contratante, que será
13 responsável pela fiscalização do contrato, emissão de Anotação de Responsabilidade
14 Técnica (ART) e, ao final do projeto, pela emissão de atestados.

15 Os resultados mensais das atividades de mobilização social serão apresentados no
16 Relatório Mensal de Acompanhamento das Atividades, a ser enviado à contratante
17 até o 5º dia útil do mês subsequente da realização das atividades.

1 6 ESTRATÉGIAS E AÇÕES DE MOBILIZAÇÃO

2 A mobilização para participação da população nas audiências públicas será realizada
3 considerando os seguintes setores:

- 4 • **Rural:** representatividades rurais, incluindo Distritos e localidades menores, de
5 modo a buscar dessa parcela da população quais são suas aspirações em relação
6 aos serviços de drenagem e manejo de águas pluviais urbanas.
- 7 • **Acadêmico:** público acadêmico do Município, incluindo docentes e discentes.
- 8 • **Empresarial:** usuários das categorias comercial e industrial, bem como as
9 instituições que lhes representam.
- 10 • **Comunitário:** toda população (rural e urbana), bem como seus representantes
11 (associação de moradores);
- 12 • **Institucional:** órgãos públicos e demais instituições (secretarias de Governo,
13 OAB, MP, COMUSA, Câmara de Vereadores, Igreja, dentre outros).

14 Os setores de Educação Ambiental, Articulação Comunitária e a Secretaria Municipal
15 de Comunicação devem participar ativamente deste processo, servindo como agentes
16 de apoio ao Lagesa/Ufes e executores das tarefas que competem ao Município.

17 6.1 EVENTOS DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL

18 Considerando que os problemas de saneamento de uma localidade não são apenas
19 de responsabilidade do setor público, mas também da sociedade, a mobilização da
20 sociedade em torno das questões de saneamento local é de extrema relevância.
21 Porém, antes da execução das ações de mobilização, é necessário que se propicie
22 um momento de apresentação, capacitação e sensibilização dos sujeitos sociais para
23 o trabalho de informação e difusão da elaboração dos planos. Compõem esta etapa
24 as seguintes atividades:

- 25 a) Levantar a relação e contatos dos atores sociais (Organizações não
26 Governamentais - ONG's, Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público
27 (OSCIP), associações, cooperativas, sindicatos, grupos organizados; Escolas;
28 Gestores Públicos; Universidades, centros de pesquisa e escolas técnicas;
29 Movimentos sociais; Parlamentares; Técnicos e companhias de saneamento;

1 Agentes comunitários e Setor privado), bem como analisar a distribuição destes
2 pelo território municipal;

3 b) Determinar junto com os grupos locais qual a melhor forma de comunicação social
4 e divulgação de todas as etapas de construção dos planos;

5 c) Coletar críticas sobre as estratégias de mobilização e elaboração dos planos e
6 promover as posteriores correções nos documentos originais;

7 d) Determinação da melhor forma de realização dos eventos.

8 Para tanto, estão previstos os seguintes eventos de mobilização social:

- 9 • Seminários virtuais;
- 10 • Reuniões individualizadas com os stakeholders;
- 11 • Reuniões de Trabalho; e
- 12 • Audiências.

13 A Figura 6-1 apresenta os momentos de participação social dentro de cada etapa de
14 trabalho do PMD, com exceção das reuniões individualizadas com os stakeholders,
15 que ocorrerão durante todo o projeto, sempre que necessário para coleta de dados
16 ou quanto solicitado pela Contratante.

17 Devido ao sucesso na realização de reuniões virtuais na elaboração do Plano
18 Municipal de Água, Esgoto e Gestão Integrada de Resíduos Sólidos de Cachoeiro de
19 Itapemirim, onde por meio de transmissão ao vivo foi atingida a média de 251
20 visualizações por reunião virtual, planeja-se que os seminários e audiências previstos
21 para o PMD sejam realizados também no formato virtual de forma a possibilitar uma
22 maior disseminação das informações e maior participação da população uma vez que
23 poderá acessar a reunião de qualquer dispositivo com acesso à internet.

24 Destaca-se ainda a possibilidade de visualização da reunião em momento posterior,
25 uma vez que a mesma será gravada e disponibilizada ao público por meio de
26 plataforma de streaming (YouTube). De forma análoga, as reuniões de trabalho com
27 o Grupo Técnico de Acompanhamento (GTA) serão organizadas de forma virtual.

28 Destaca-se ainda que diversas instituições, tanto no Estado do Espírito Santo, quanto
29 em outros Estados do país, estão realizando reuniões virtuais em substituição às

1 presenciais, devido ao atual panorama decorrente da pandemia de Covid-19,
2 conforme exemplos expostos no Quadro 6-1.

3 Quadro 6-1 - Exemplos de reuniões, oficinas, audiências públicas e eventos semelhantes
4 acontecendo em formato virtual no Estado do Espírito Santo e no Brasil

Exemplos no Espírito Santo	Referência
Divulgação de Audiência Pública Virtual em 26/06/20 do Ministério Público (MPES) sobre medidas de combate ao novo coronavírus	https://www.agazeta.com.br/es/cotidiano/audiencia-publica-no-es-debate-medidas-de-combate-ao-novo-coronavirus-0620
Prefeitura de Aracruz promove audiência pública virtual no dia 09/06/20 para elaboração do LDO de 2021, após recomendação do Ministério Público de Contas. A audiência foi transmitida pela página do Facebook da Prefeitura como alternativa para que a população tivesse acesso direto às tomadas de decisões em relação à gestão orçamentária municipal.	https://www.mpc.es.gov.br/2020/06/apos-recomendacao-do-mpc-prefeitura-de-aracruz-promove-audiencia-publica-virtual-para-elaboracao-da-ldo-de-2021/
Governo do Estado promove audiências públicas para elaboração do Orçamento 2021, por meio do site e de plenária virtual.	https://planejamento.es.gov.br/Not%C3%ADcia/governo-do-estado-promove-audiencias-publicas-para-elaboracao-do-orcamento-2021
A Agência Estadual de Recursos Hídricos (AGERH) iniciou oficina virtual de Enquadramento do Plano de Recursos Hídricos da Região Hidrográfica Litoral Centro-Norte no dia 29/06/20	https://agerh.es.gov.br/Not%C3%ADcia/oficina-virtual-de-enquadramento-comeca-no-proximo-dia-29
Tribunal de Justiça abre Audiência Pública Virtual sobre transfusão de sangue em pacientes que discordam por motivos religiosos	http://www.tjes.jus.br/audiencia_pub_virtual/
Exemplos no Brasil	Referência
Instrução Normativa nº 01/2020 do Instituto de Meio Ambiente do Estado de Alagoas institui a Audiência Pública Virtual nos processos de licenciamento ambiental em caráter excepcional e dá outras providencias.	http://www.ima.al.gov.br/wp-content/uploads/2020/05/INSTRUC%CC%A7A%CC%83O-NORMATIVA-N%C2%BA-01.2020-AUDIE%CC%82NCIA-PU%CC%81BLICA-VIRTUAL.pdf
Deliberação CECA 6.376, do Estado do Rio de Janeiro, autoriza a convocação de Audiência Pública, de forma remota, para tratar de assunto referente à apresentação e discussão do Relatório de Impacto Ambiental	http://www.inea.rj.gov.br/wp-content/uploads/2020/06/Deb6376_Aud-Pub_UTE-GNA-II.pdf
Governo de Goiás apresenta regulamentação da nova lei de licenciamento ambiental em audiência pública virtual, realizada em 10/04/2020	https://www.meioambiente.go.gov.br/noticias/1877-governo-de-go%C3%A1s-apresenta-regulamenta%C3%A7%C3%A3o-da-nova-lei-de-licenciamento-ambiental-em-audi%C3%Aancia-p%C3%ABlica-virtual.html

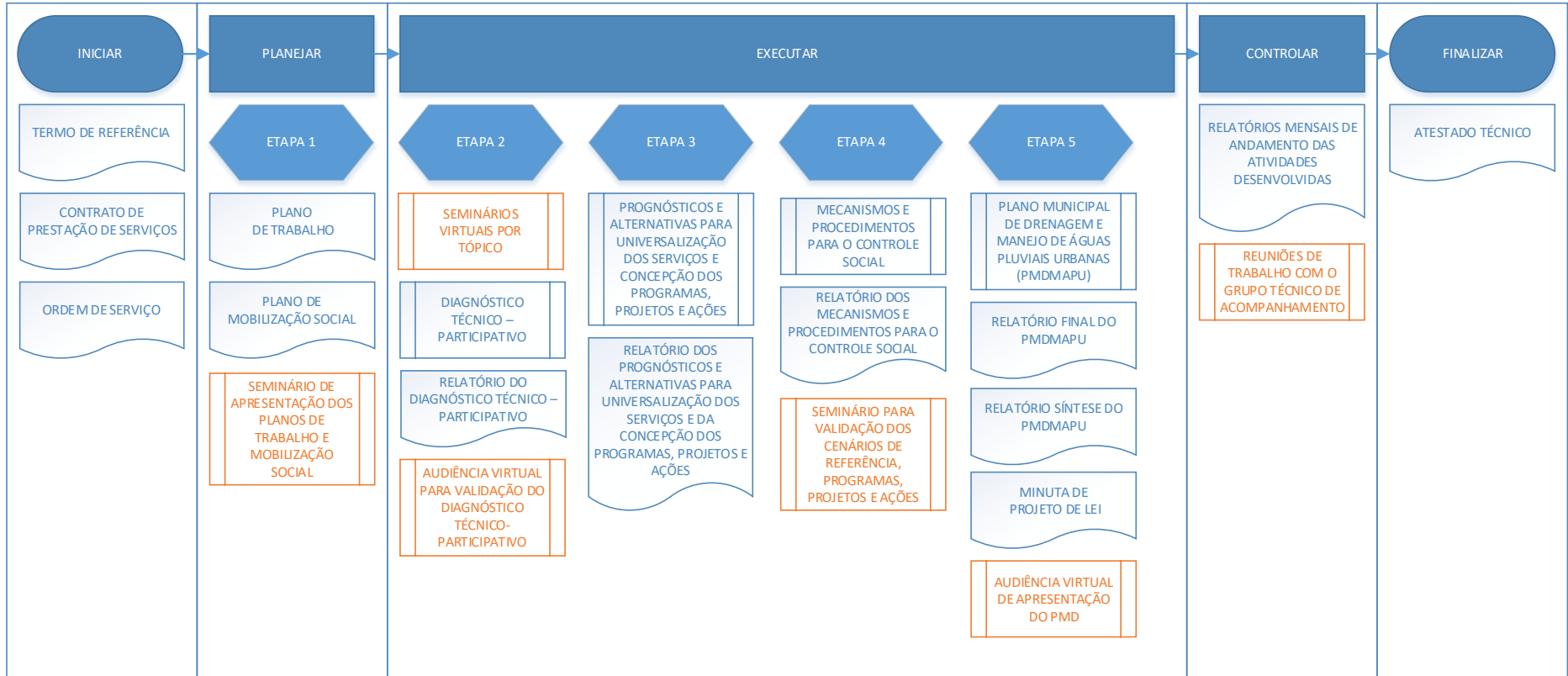
Exemplos no Espírito Santo	Referência
O CONSEMA de São Paulo convocou a sociedade civil para audiência pública no dia 07/05/29 por meio da internet a ser realizada sobre o “Projeto de Concessão de Uso do Caminhos do Mar”	https://www.saopaulo.sp.gov.br/ultimas-noticias/caminhos-do-mar-audiencia-publica-para-concessao-ocorrera-pela-internet/
Prefeitura de Paranaguá anunciou Audiência Pública Virtual para discutir Orçamento de 2021	http://www.paranagua.pr.gov.br/noticias/noticia222.html
A Câmara Municipal de Campinas aprovou no dia 27/03/2020 o requerimento que permite que audiências públicas virtuais ocorram de maneira remota	https://www.acidadeon.com/campinas/cotidiano/cidades/NOT,0,0,1495116,e+m+sessao+remota+camara+aprova+a+udiencia+publica+virtual.aspx

- 1 Fonte: Autoria própria
- 2 As reuniões individualizadas com os stakeholders poderão ocorrer na modalidade
- 3 presencial ou virtual a depender da preferência dos participantes. Enquanto a
- 4 realização de eventos presenciais ou híbridos ocorrerá sempre que solicitado pela
- 5 contratante ou pelo Grupo Técnico de Acompanhamento (GTA). Em ambos os casos,
- 6 caberá a contratante a disponibilização de infraestrutura adequada para execução
- 7 dos eventos.
- 8 Nos eventos virtuais os participantes serão convidados a se apresentarem no “chat
- 9 ao vivo” informando o nome, entidade/empresa, contato e região/bairro. O registro em
- 10 ata será feito por meio de captura de tela com transcrição das perguntas dos
- 11 participantes. Em caso de eventos presenciais, no momento da chegada dos
- 12 participantes, haverá uma equipe de recepção, que se responsabilizará em preencher
- 13 a lista de presença, e nesta lista irão constar nome, entidade/empresa, contato e
- 14 região/bairro. Vale destacar ainda que todo o evento será registrado em ata de
- 15 responsabilidade da Contratada, além de ser fotografado como forma de registro.
- 16 O cadastramento dos presentes terá como objetivo subsidiar análise de
- 17 representatividade dos setores, bem como alimentar o banco de dados que poderá
- 18 ser consultado para o prosseguimento dos trabalhos de controle social e revisão do
- 19 plano nos próximos anos de execução deste.
- 20 Em todos os eventos, a equipe do Lagesa/Ufes adotará uma linguagem formal e
- 21 acessível aos presentes no processo de apresentação dos produtos, bem como

- 1 estimulará que os participantes acessem o material completo para que possam se
- 2 instrumentalizar e acompanhar, de maneira qualificada, o processo de execução do
- 3 PMD.
- 4 A Figura 6-2 apresenta a relação dos eventos de mobilização social com o fluxo de
- 5 entrega dos produtos do PMD de Cachoeiro de Itapemirim.

1
2

Figura 6-1 - Sequência cronológica das etapas de elaboração dos PMD com destaque para os momentos de participação social (em laranja).

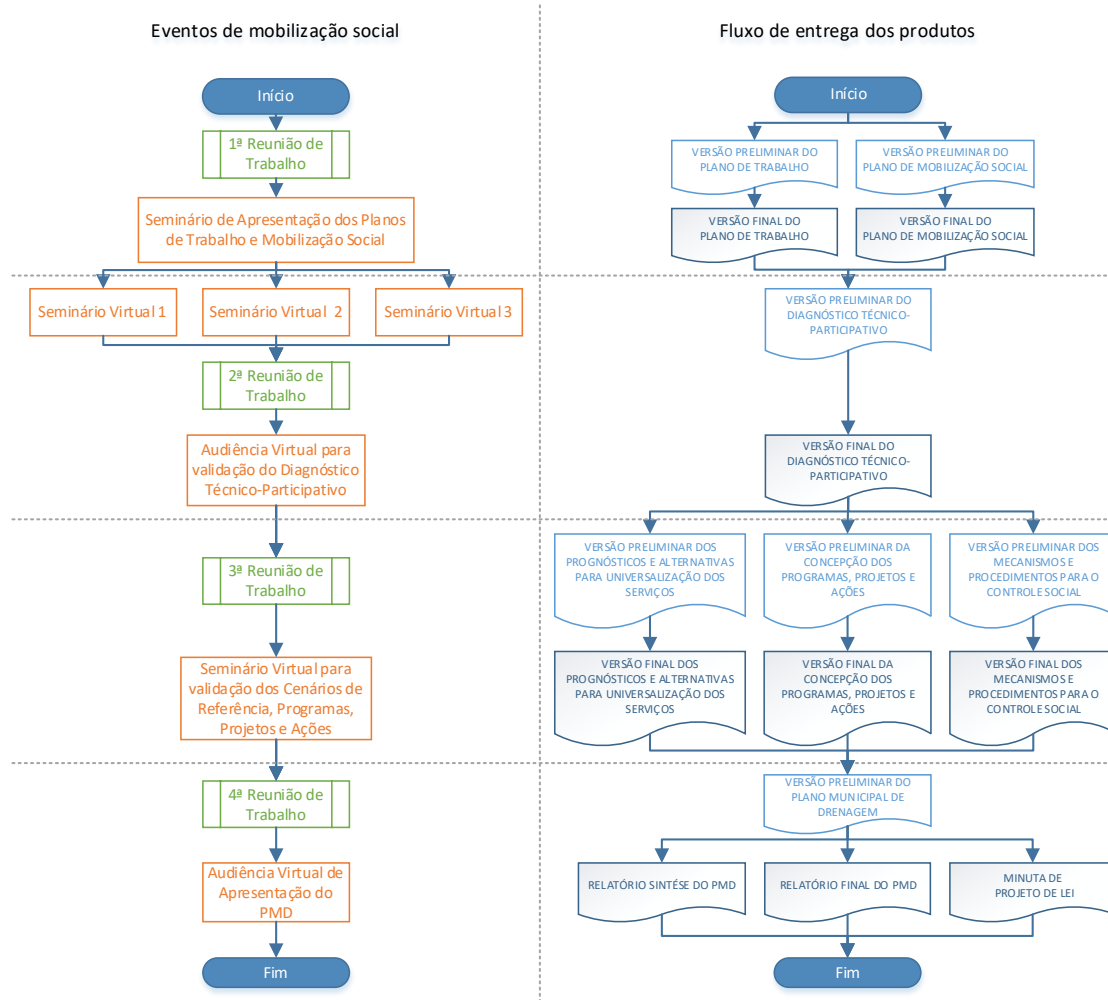


3
4

Fonte: Autoria própria.

1

Figura 6-2 - Fluxograma de reuniões para confecção do PMD de Cachoeiro de Itapemirim



Fonte: Autoria própria.

2

3

1 **6.1.1 Seminário Virtual com Setores e Grupo Técnico de** 2 **Acompanhamento (GTA)**

3 Inicialmente será realizado um Seminário Virtual com os setores e com o Grupo
4 Técnico de Acompanhamento (GTA). Esse evento permitirá que os participantes
5 manifestem seus anseios e expectativas, além de abrir para a escolha dos
6 representantes de cada setor para participar dos eventos posteriores. A escolha
7 de representantes tem o objetivo instituí-los como figuras referenciais e
8 informantes de cada setor, de modo que acompanhem os trabalhos e
9 multipliquem informações junto aos setores a que representam, não impedindo,
10 ainda assim, a participação das representatividades em geral nas demais
11 audiências.

12 Assim, o seminário servirá para a inserção da equipe na comunidade,
13 estabelecendo espaços de diálogo e obedecendo o princípio da ação
14 participativa. Os objetivos são realizar o levantamento de aspirações no eixo de
15 drenagem e o manejo das águas pluviais urbanas e solicitar documentos
16 elaborados pelos setores para o desenvolvimento do PMD.

17 O seminário virtual com setores e Grupo Técnico de Acompanhamento (GTA)
18 terá a seguinte programação:

- 19 - Boas vindas e identificação dos participantes por meio do chat ao vivo (10 min);
- 20 - Apresentação do tema do seminário (45 min);
- 21 - Indicação de representantes dos setores (15 min)
- 22 - Espaço para dúvidas e esclarecimentos dos participantes (15 min);
- 23 - Encerramento (5 min)

24

25 **6.1.2 Seminários Virtuais de Mobilização Social**

26 Estes seminários, a serem realizadas por tema, tem como objetivo principal
27 promover um espaço de escuta apurada e sistematização das contribuições da
28 comunidade para a elaboração dos diagnósticos técnicos, de modo a

1 complementar as informações do ponto de vista dos moradores que conhecem
2 as reais demandas e principais gargalos na política de saneamento do município.

3 Pressupõe-se ainda, que este olhar apresente os princípios da Lei nº
4 11.445/2007 de Controle Social e Universalização do Saneamento Básico a fim
5 de apurar a leitura técnica para os impactos e consequências da ausência de
6 uma política de saneamento no cotidiano da população, ajudando assim a definir
7 as prioridades de ações e seus possíveis desdobramentos futuros.

8 Desse modo, além da apresentação inicial das informações gerais acerca da
9 elaboração do PMD, serão destacados os aspectos que envolvem a importância
10 da participação social preconizada no Estatuto das Cidades e na legislação que
11 orienta a elaboração de planos de saneamento, tendo em vista a
12 representatividade e a participação dos sujeitos que buscam superar as
13 profundas desigualdades sócio territoriais que ocorrem na cidade, onde a
14 população é via de regra, o sujeito ausente na definição dos rumos das políticas
15 urbanas. Será apresentado ainda a proposta metodológica de coleta de dados
16 via questionários enviados por e-mail e whatsapp (Google Forms).

17 Para isso, será apresentado de forma clara, motivadora e estimulante, o roteiro
18 de questões que nortearão o debate. Neste momento, é importante enfatizar os
19 objetivos propostos e os limites do PMD, de modo a focar o debate nas questões
20 norteadoras para evitar dispersão do tema e consecução do objetivo da
21 audiência.

22 De forma a evitar a realização de um só seminário de longa duração, propõe-se
23 a realização de 3 seminários virtuais com a seguinte divisão:

24 - Seminário 1: Diagnóstico institucional;

25 - Seminário 2: Sistema de drenagem e manejo de águas pluviais urbanas e
26 diagnóstico ambiental e de recursos hídricos; e

27 - Seminário 3: Diagnóstico territorial, da saúde, do desenvolvimento urbano e da
28 habitação.

29 Os seminários virtuais terão a seguinte programação:

30 - Boas vindas e identificação dos participantes por meio do chat ao vivo (10 min);

- 1 - Apresentação do tema do seminário (30 min);
- 2 - Espacialização das demandas (30 min);
- 3 - Espaço para dúvidas e esclarecimentos dos participantes (15 min);
- 4 - Encerramento (5 min).

5 6.1.2.1 Questões Gerais

- 6 1) Para onde a cidade está crescendo? Vamos identificar áreas de expansão da
7 cidade e padrões de moradia predominante em cada uma (habitação popular,
8 condomínios de alto padrão, ocupações irregulares, assentamentos rurais
9 etc.)
- 10 2) O município tem investimentos e obras na área de saneamento para
11 melhoras as condições do município? Quais as principais ações e onde se
12 localizam?
- 13 3) A população participa destas decisões e exerce algum tipo de controle social
14 (acompanha, avalia e fiscaliza)? Como?
- 15 4) A educação ambiental é parte da cultura da cidade? Quais as formas mais
16 importantes para a população? Quem é responsável por elas?

17

18 6.1.2.2 Manejo das Águas Pluviais Urbanas e Drenagem

19 Nos alagamentos por acúmulo de águas pluviais (das chuvas):

- 20 1) Onde aparecem alagamentos que formam poças quando chove? Com qual
21 intensidade de chuva? E quanto tempo leva para escoar?
- 22 2) Onde existem na rede de drenagem construída: qualquer obstrução ao
23 escoamento das águas, acúmulo de barro (sedimentos) ou areia?
- 24 3) Os pontos de alagamentos provocados por águas da chuva estão
25 aumentando? Onde? Quais os motivos?

26 Nas inundações devidas à elevação do nível da água dos rios e córregos:

- 27 4) Onde frequentemente áreas são alagadas nas cheias do rio?

- 1 5) Onde áreas são alagadas somente nas grandes inundações? Com qual
2 intensidade de chuvas?
- 3 6) Onde existem bancos de areia em rios e córregos (assoreamento)?
- 4 7) Onde construções estreitam o caminho do rio? Qual tipo de construção?
- 5 8) Esse fenômeno tem acontecido com mais frequência nos últimos anos? Por
6 quais motivos?
- 7 9) Existem medidas de prevenção para estas situações? Quais e quem as
8 executa?
- 9 10) Onde as águas das chuvas têm escavado barrancos, ruas e terrenos? Onde
10 se apresentam os riscos de desmoronamento? Oferece algum risco ou
11 prejuízo para as pessoas ou produção? Quais e onde?
- 12 11) Ocorre o monitoramento e como se dá? Quais as medidas para resolução
13 dos problemas?

14

15 **6.1.3 Reuniões de Trabalho**

16 As Reuniões de Trabalho com o Grupo Técnico de Acompanhamento (GTA) do
17 PMD ocorrerão sempre que houver a entrega de um novo produto ou quando for
18 demandado pelo grupo.

19 Essas reuniões terão como objetivo principal a análise da aderência dos
20 produtos dos planos a serem entregues (Plano de Trabalho; Plano de
21 Mobilização; Diagnóstico Técnico Participativo; Cenários de Referência e
22 Prospectivas; Programas, Projetos e Ações; Mecanismos e Procedimentos para
23 Controle Social e a Versão Final do PMD).

24 Os produtos serão analisados pelo Grupo Técnico de Acompanhamento (GTA)
25 e pela prefeitura e as alterações necessárias serão realizadas para a
26 apresentação dos produtos à população, sendo realizadas ao todo 3 reuniões de
27 trabalho, sempre anteriores a apresentação dos produtos à população.

28 As reuniões de trabalho terão a seguinte programação:

29 - Boas vindas e identificação dos participantes por meio do chat ao vivo (5 min);

30 - Apresentação do tema do seminário (30 min);

1 - Espaço para dúvidas e esclarecimentos dos participantes (20 min);

2 - Encerramento (5 min)

3

4 **6.1.4 Audiência Virtual para validação do Diagnóstico Técnico-** 5 **Participativo**

6 As audiências servirão como momentos de discussão com a população da
7 realidade atual do saneamento (no eixo de drenagem), visando nivelar as
8 informações entre os participantes.

9 A 1ª audiência visará a apresentação do Diagnóstico Técnico Participativo
10 realizado pela equipe técnica com a colaboração das contribuições e indicações
11 do Grupo Técnico de Acompanhamento (GTA) do PMD e de segmentos sociais.

12 Será utilizada a metodologia do grupo focal (representantes dos setores), a partir
13 dos segmentos mapeados no município, considerando ainda, as listas de
14 presença das atividades do PMD anteriores a esta etapa.

15 Ao término da audiência, a programação prevê a possibilidade de avaliação
16 deste momento pelos presentes, utilizando os formulários de avaliação descritos
17 no item 7.3.

18 A audiência terá a seguinte programação:

19 - Abertura e identificação dos participantes por meio do chat ao vivo (10 min);

20 - Exposição da atual situação dos serviços de drenagem (30 min);

21 - Aplicação de formulário on-line simples abordando a expectativa em relação à
22 melhoria dos serviços (15 min);

23 - Espaço para dúvidas e esclarecimentos dos participantes (20 min);

24 - Encerramento (5 min).

25

1 **6.1.5 Seminário Virtual para validação dos Cenários de Referência,** 2 **Programas, Projetos e Ações**

3 Neste seminário serão apresentados os cenários de referência propostos e os
4 programas, projetos e ações realizados pela equipe técnica com a colaboração
5 das contribuições e indicações do Grupo Técnico de Acompanhamento (GTA)
6 do PMD e de segmentos sociais.

7 Será utilizada a metodologia do grupo focal (representantes dos setores), a partir
8 dos segmentos mapeados no município, considerando ainda, as listas de
9 presenças das atividades do PMD anteriores a esta etapa.

10 Durante a apresentação, a população será instruída a preencher um formulário
11 on-line de contribuições disponibilizado pela Equipe do Lagesa/Ufes,
12 demarcando se sentem-se contemplados ou não com as propostas expostas e
13 registrando propostas e sugestões. As contribuições serão tabuladas pela
14 equipe e poderão subsidiar as adequações dos programas, projetos e ações
15 conforme a realidade local.

16 Ao término da reunião, a programação prevê a possibilidade de avaliação deste
17 momento pelos presentes, utilizando os formulários de avaliação descritos no
18 item 7.3.

19 O seminário terá a seguinte programação:

20 - Boas vindas e identificação dos participantes por meio do chat ao vivo (10 min);

21 - Exposição dos cenários, prognósticos e dos programas, projetos e ações após
22 a obtenção das informações ao longo do projeto (45 min);

23 - Indicação de representantes dos setores (15 min)

24 - Espaço para dúvidas e esclarecimentos dos participantes (15 min);

25 - Encerramento (5 min)

26

27 **6.1.6 Audiência Virtual de apresentação do PMD**

28 Esta audiência visa apresentar o Plano Municipal de Drenagem e Manejo de
29 Águas Pluviais Urbanas (PMD) e os resultados dos estudos técnicos que darão

1 subsídio para a elaboração do Projeto de Lei. Os apontamentos serão
2 registrados e debatidos no sentido de extrair da Audiência elementos que
3 aperfeiçoem o PMD e fortaleça o seu aspecto democrático de construção.

4 Para coleta dos apontamentos serão disponibilizados Formulários de
5 Contribuições onde o interlocutor poderá se identificar e registrar sua
6 contribuição (Figura 6-3).

7 **Figura 6-3 – Modelo de Formulário de Contribuições para a Audiência.**

O formulário é dividido em seções. No topo, há o brasão da Prefeitura de Cachoeiro e o nome "PREFEITURA DE CACHOEIRO". Abaixo, o título "Cachoeiro quer ouvir você!" é seguido por um texto explicativo sobre o Plano Municipal de Drenagem e Manejo das Águas Pluviais Urbanas (PMD) e a parceria com a Universidade Federal do Espírito Santo. O formulário contém campos para e-mail, nome e telefone, todos obrigatórios. Há também um campo para alternar a conta e um ícone de compartilhamento.

PREFEITURA DE CACHOEIRO

Cachoeiro quer ouvir você!

O município de Cachoeiro de Itapemirim está elaborando seu Plano Municipal de Drenagem e Manejo das Águas Pluviais Urbanas (PMD) em parceria com a Universidade Federal do Espírito Santo.

Este formulário tem por objetivo fazer o cadastro da população para possibilitar que a mesma participe do processo de construção do PMD e contribua para a melhoria do saneamento básico no município.

A participação popular é extremamente importante para que a implementação dos planos tenha sucesso. Divulgue esse formulário entre seus amigos, familiares e colegas de trabalho. Participe!

consultores.lagesa@gmail.com [Alternar conta](#)

*Obrigatório

E-mail *

Seu e-mail

Nome *

Sua resposta

Telefone: (XX)XXXX-XXXX *

Sua resposta

8

9 Fonte: Autoria Própria.

10 Deve-se se assegurar todos os trâmites legais para a realização desta, o que
11 inclui a ampla divulgação da mesma e suas formas de monitoramento e
12 avaliação posteriores. Em caso de execução na modalidade presencial ou

- 1 híbrida o município deve assegurar que haja transporte público disponível para
2 que os munícipes de regiões mais distantes possam comparecer à audiência.
- 3 Além dos aspectos relacionados à divulgação, consideramos a importância de
4 estruturar um formato de audiência onde os munícipes e representantes possam
5 contribuir ainda com questões e obter esclarecimentos por parte da equipe.
- 6 Considerando a extensão do PMD, o mesmo deverá ser disponibilizado
7 previamente no formato digital no site do município.
- 8 A Audiência de Apresentação do PMD ocorrerá preferencialmente de forma
9 virtual podendo ser adotado o formato presencial ou híbrido (presencial com
10 transmissão ao vivo).
- 11 A audiência terá a seguinte programação:
- 12 - Abertura e identificação dos participantes por meio do chat ao vivo (10 min);
 - 13 - Apresentação da versão final do plano (50 min);
 - 14 - Aplicação de formulário on-line simples abordando a expectativa em relação à
15 melhoria dos serviços (15 min);
 - 16 - Espaço para dúvidas e esclarecimentos dos participantes (20 min);
 - 17 - Encerramento (5 min).

18

19 6.2 PARTICIPAÇÃO DIGITAL

20 O Lagesa/Ufes criará um sistema virtual que poderá ser acessado por meio de
21 banner a ser disponibilizado no site do município (Figura 6-4), onde serão
22 disponibilizadas todas as informações pertinentes aos trabalhos, além de
23 permitir acesso aos usuários a questionários para contribuições. Esse sistema
24 proporcionará que os usuários acompanhem a trajetória dos resultados
25 apresentados no PMD.

1 Figura 6-4 - Homepage da Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim.



2

3 Fonte: PMCI (2022).

4 O site estará hospedado no domínio da Ufes, na homepage do Lagesa (Figura
5 6-5), o que garante mecanismos de segurança necessários para evitar possíveis
6 invasões como também suporte pessoal para eventuais atualizações e
7 manutenções.

8 Todas as páginas no site estarão disponíveis no idioma português e contam
9 ainda com conteúdo acessível em Libras por meio do uso do software gratuito
10 VLibras (<http://www.vlibras.gov.br/>).

11 O site contará com as seguintes páginas:

- 12 • Apresentação: Descrição sucinta do projeto, apresentação do Contrato
13 celebrado entre a PMCI, Ufes e Fest, prazo de vigência do contrato e link
14 para que o usuário possa preencher um cadastro eletrônico para que fique
15 informado de todas as notícias/eventos do projeto.
- 16 • Equipe do Projeto: Apresentação da equipe de profissionais do Lagesa/Ufes
17 que estão responsáveis pela elaboração do PMD.
- 18 • Notícias: Relação das notícias publicadas sobre o projeto. As notícias
19 também estarão em destaque na página principal do Lagesa.

- 1 • Agenda de Eventos: Informação sobre os eventos previstos para o projeto de
- 2 elaboração do PMD.
- 3 • Produtos: Apresentação de todos os produtos preconizados no TR. O upload
- 4 de cada produtos será feito após a aprovação do produtos pelo Grupo
- 5 Técnico de Acompanhamento (GTA).

6 Figura 6-5 – Homepage do site do Lagesa/Ufes.



7

8 Fonte: Lagesa (2022).

9 6.3 CONSULTA PÚBLICA

10 Após a aprovação da versão final e antes do envio do Projeto de Lei à Câmara

11 dos Vereadores, será aberta consulta pública no site da Prefeitura, de modo que

12 seja promovida a participação da parcela da população que não esteve presente

13 nas audiências públicas. A consulta pública deverá ser realizada pelo Município.

1 7 INSTRUMENTOS DE COMUNICAÇÃO

2 Com o intuito de ouvir a sociedade organizada e os segmentos envolvidos, as
3 chamadas para as reuniões e audiências públicas ficarão sob a responsabilidade
4 do gestor municipal, e deverão ser amplamente divulgadas em todo município.

5 Os modelos de materiais para divulgação serão desenvolvidos pela equipe do
6 Lagesa/Ufes (convites digitais, textos para notícias, artes para divulgação em
7 mídias sociais, etc) e executados pelo município. Para cada evento constarão
8 nos materiais de divulgação: data, horário, local e pauta.

9 Será providenciada a publicidade maciça dos eventos, através dos meios de
10 comunicação comumente utilizados pelo município, com destaque para a
11 divulgação em mídias sociais operadas pelo município. Os resultados dos
12 eventos de mobilização serão publicados no site da Prefeitura Municipal e do
13 Lagesa/Ufes.

14 Deverão ser verificados meios de comunicação diferenciados, mantendo
15 característica que chame atenção da população sobre a importância do Plano,
16 com a utilização das seguintes ferramentas:

- 17 • Convites digitais: serão enviados por e-mail e aplicativos de mensagens
18 instantâneas para aqueles que disponibilizaram o contato nos eventos
19 elaborados pelo Lagesa/Ufes no município. Também serão utilizados os
20 contatos mapeados no PMAE/PMGIRS do município e demais atores sociais
21 identificados durante a construção do PMD. O modelo de convite proposto
22 pode ser observado na Figura 7-1;
- 23 • Artes para divulgação em mídias sociais: terão como objetivo a divulgação
24 maciça dos eventos de mobilização e serão divulgadas em mídias sociais
25 como Instagram e FaceBook, com o objetivo de atingir o maior número
26 possível de indivíduos. A Figura 7-2 apresenta um exemplo de arte;
- 27 • Notícias no site da PMCI e do Lagesa/Ufes: serão produzidos textos
28 jornalísticos com a descrição de cada evento, buscando estimular a
29 participação da população nos eventos de mobilização.

1

Figura 7-1 - Modelo de convite eletrônico.



2

3 Fonte: Autoria própria.

4

Figura 7-2 - Modelo de arte para divulgação em mídias sociais.



5

6 Fonte: Autoria própria.

1

Figura 7-3 – Exemplo de notícia.

The screenshot shows the website of Lagesa, a laboratory for Environmental Management. The page features a navigation menu on the left with options like 'Página Inicial', 'Institucional', 'Equipe Técnica', 'Estudos e Pesquisas', 'Projetos Especiais', and 'Fale Conosco'. The main content area displays a news article titled 'Audiência Pública de Apresentação do Plano Municipal de Água, Esgoto e Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMAE/PMGIRS)'. The article text describes a public hearing held on Thursday, 18th, for the presentation of the PMAE/PMGIRS plan for Cachoeiro de Itapemirim. It notes that the event was hybrid, both in-person and live-streamed on YouTube. The audience included municipal technical staff, representatives from various municipal institutions like the City Council and Public Ministry, and civil society. The article also mentions that the plan's products were approved by a commission and are available for public consultation. Contact information for the event is provided at the bottom.

2

3 Fonte: Autoria própria.

4 Nos eventos presenciais a Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim irá
 5 providenciar o local e a infraestrutura necessária, bem como sua publicidade
 6 entre os órgãos competentes

7

8 7.1 MEIOS DE VERIFICAÇÃO DOS EVENTOS DE MOBILIZAÇÃO

9 De forma a validar os eventos de mobilização serão redigidas atas destes
 10 eventos, realizados registros audiovisuais, listas de presenças e relatórios das
 11 reuniões.

12 Além disso, os meios de verificação serão adaptados à modalidade definida para
 13 o evento (presencial ou virtual) conforme mostra o Quadro 7-1.

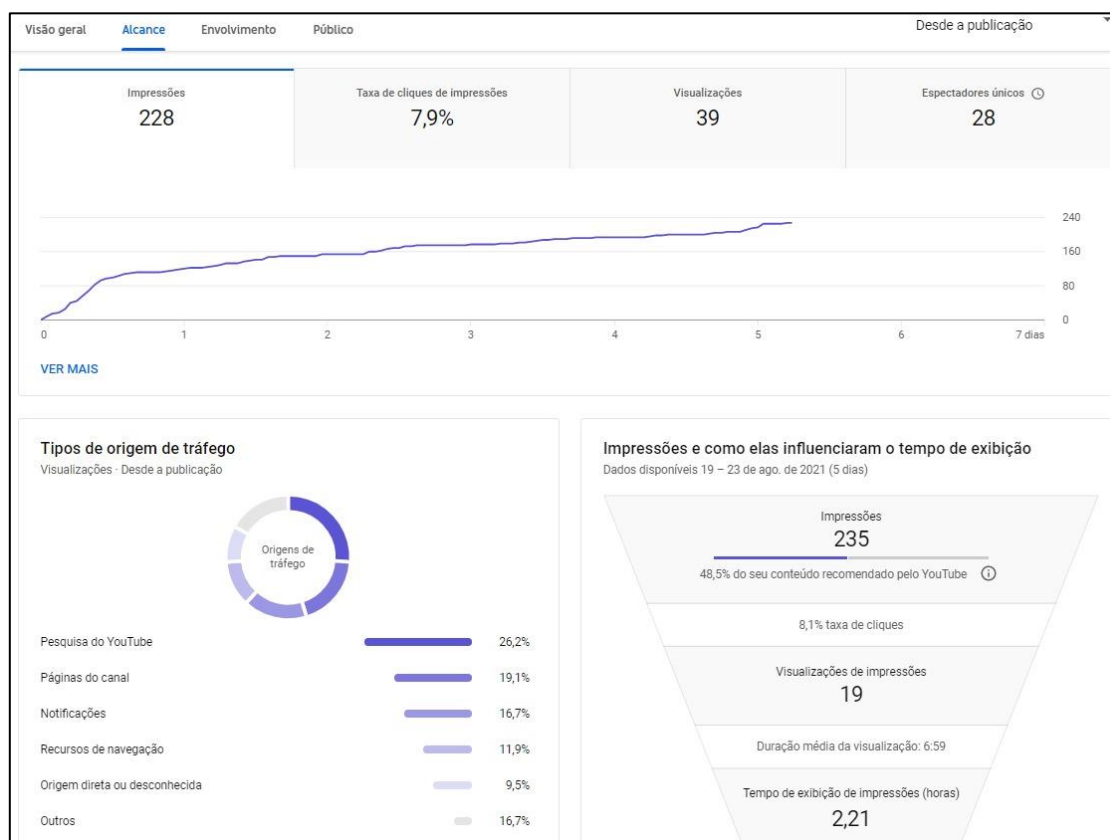
1 Quadro 7-1 – Meios de verificação de acordo com a modalidade de execução.

Evento Presencial	Evento virtual
Lista de presença das reuniões	Lista de pessoas que preencheram os formulários e estatísticas da transmissão no YouTube
Registro fotográfico das reuniões	Captura de tela e gravação das transmissões no YouTube
Ata de reunião das reuniões presenciais	Memória técnica dos encontros no YouTube
Avaliação das reuniões presenciais: os participantes respondem uma ficha de avaliação impressa	Envio de formulário (Google Forms) aos participantes via e-mail e WhatsApp e durante as transmissões
Instrumentos de mobilização: banner, faixa, convites eletrônicos, carro de som, rádio.	Convites eletrônicos por meio de WhatsApp e e-mail.

2 Fonte: Autoria própria.

3 No caso de eventos virtuais, os mesmos serão gravados e disponibilizados ao
 4 público por meio de plataforma de streaming (YouTube), onde serão avaliadas
 5 as métricas de visualização, alcance e envolvimento do público conforme
 6 exemplo apresentado na Figura 7-4.

7 Figura 7-4 - Métricas de avaliação do público.



8

9 Fonte: Autoria própria.

10

1 7.2 RECURSOS A SEREM DISPONIBILIZADOS PARA A REALIZAÇÃO DOS 2 TRABALHOS

3 Os recursos a serem disponibilizados para a realização dos trabalhos
4 dependerão da escolha da modalidade de realização dos eventos. Assim, no
5 caso de eventos on-line os recursos serão inteiramente de responsabilidade da
6 contratada e em caso de eventos presenciais ou híbridos a contratante deverá
7 disponibilizar a estrutura e os equipamentos necessários a realização dos
8 eventos. O Quadro 7-2 apresenta os diferentes recursos de acordo com a
9 modalidade do evento.

10 Quadro 7-2 – Meios de verificação de acordo com a modalidade de execução.

Evento Presencial	Evento Virtual
Participação social nas reuniões: os participantes respondem as perguntas sobre saneamento e é criado um Biomapa	Envio à sociedade de questionários sobre saneamento via e-mail e whatsapp (Google Forms)
Lista de presença das reuniões	Lista de pessoas que preencheram os formulários e estatísticas da transmissão no YouTube
Registro fotográfico das reuniões	Captura de tela e gravação das transmissões no YouTube
Memória técnica das reuniões presenciais	Memória técnica dos encontros no YouTube
Avaliação das reuniões presenciais: os participantes respondem uma ficha de avaliação impressa	Envio de formulário (Google Forms) aos participantes via e-mail e whatsapp e durante as transmissões
Instrumentos de mobilização: banner, faixa, convites eletrônicos, carro de som, rádio.	Convites eletrônicos por meio de whatsapp e e-mail.

11 Fonte: Autoria própria.



12 Todo material gerado durante os eventos será devidamente organizado para
13 arquivo digital.

14 7.3 FORMAS DE DISPONIBILIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES E CANAIS DE 15 PARTICIPAÇÃO SOCIAL

16 Além dos canais de participação social citados serão confeccionadas fichas de
17 avaliação (Figura 7-5) para todas as reuniões de mobilização social e audiências
18 públicas a fim de levantar os aspectos gerais no que se refere ao conteúdo,
19 processo de mobilização, contribuições, metodologia e estrutura destinadas às
20 reuniões, bem como aspectos relevantes destacados pelos participantes.

- 1 As fichas de avaliação serão distribuídas aos presentes durante o
2 credenciamento dos mesmos e recolhidos ao final da reunião. Posteriormente,
3 os dados obtidos serão compilados e as informações apresentadas ao município
4 por meio de relatório.
- 5 A participação social estará garantida durante todo o trabalho de elaboração dos
6 planos por meio da efetiva participação de representantes da sociedade civil
7 como também por meio das reuniões de mobilização social e audiências públicas
8 previstas neste documento.
- 9 A prefeitura municipal e a UFES disponibilizarão contatos de correio eletrônico
10 (e-mail) e contatos telefônicos para que a população possa se informar sobre o
11 processo de elaboração, objetivos e desafios do plano.
- 12 Além destes canais a sociedade e demais interessados poderão ter acesso a
13 todos os produtos confeccionados pela Contratada por meio do site do PMD a
14 ser disponibilizado na homepage do Lagesa/Ufes, conforme exemplo
15 apresentado na Figura 7-6, que poderá ser acessado no link
16 <http://www.lagesa.ufes.br/planodesaneamentocachoeiro>, e por meio dos sites
17 oficiais da PMCI.

1 Figura 7-5 – Modelo de Ficha de Avaliação dos eventos de mobilização virtuais.



 

Avaliação da Apresentação dos Planos de Trabalho e Mobilização Social do PMD

O município de Cachoeiro de Itapemirim está elaborando o seu Plano Municipal de Drenagem e Manejo de Águas Pluviais Urbanas (PMD).

O encontro teve como objetivo apresentar itens dos planos de trabalho e de mobilização social elaborados pela equipe do Lagesa/Ufes.

Se você participou dessa apresentação que ocorreu pelo canal do YouTube do LAGESA no dia 10/03/2022, deixe aqui sua avaliação sobre o evento. Esse retorno é importante!

 consultores.lagesa@gmail.com (não compartilhado)
[Alternar conta](#)  Rascunho restaurado.

***Obrigatório**

Em qual distrito de Cachoeiro de Itapemirim você reside? *

- Burarama
- Sede (Centro)
- Conduru
- Córrego dos Monos
- Coutinho
- Gironda
- Gruta
- Itaoca
- Pacotuba
- São Vicente
- Vargem Grande do Soturno

2

3 Fonte: Autoria própria.

1 Figura 7-6 – Página principal do site do PMD disponibilizado na homepage do Lagesa.

The image shows the homepage of the Lagesa website. At the top, there is a navigation bar with links for 'BRASIL', 'CORONAVÍRUS (COVID-19)', 'Simplifique!', 'Participe', 'Acesso à informação', 'Legislação', and 'Canais'. Below this is the UFES logo and the text 'Universidade Federal do Espírito Santo'. The main header includes 'Portal UFES', 'CT', 'Fale conosco', and a search bar. The page title is 'Lagesa' and the subtitle is 'Laboratório de Gestão do Saneamento Ambiental'.

The main content area features a large banner for the 'PLANO MUNICIPAL DE DRENAGEM (PMD) CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM'. A sub-banner reads 'SEMINÁRIO VIRTUAL APRESENTAÇÃO DOS PLANOS DE TRABALHO E DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL'. To the right, a text box titled 'Seminário Virtual do PMD de Cachoeiro de Itapemirim' states: 'A Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim e a Universidade Federal do Espírito Santo realizarão, no dia 10 de março de 2022, às 19:00 horas, um seminário virtual destinado à população de Cachoeiro de Itapemirim.'

Below the banner is a navigation menu with tabs for 'Notícias', 'Eventos', 'Editais', and 'Defesas'. The 'Notícias' tab is active, displaying two news items:

- Seminário Virtual do PMD de Cachoeiro de Itapemirim**: A Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim e a Universidade Federal do Espírito Santo realizarão, no dia 10 de março de 2022, às 19:00 horas, um seminário virtual destinado à população de Cachoeiro de Itapemirim.
- Lagesa publica livro sobre Organizações de Catadores de Materiais Recicláveis**: O livro "Organizações de Catadores de Materiais Recicláveis: Inovações na Gestão" está disponível gratuitamente no formato ebook no site do Lagesa e da Editora Poisson®.

On the right side of the news section, there is another article titled 'Iniciado o projeto de elaboração do Plano Municipal de Drenagem de Cachoeiro de Itapemirim', which mentions that the Mayor of Cachoeiro de Itapemirim signed the Order of Service on the evening of the previous day, initiating the project for the elaboration of the Municipal Drainage and Management of Urban Wastewater (PMD). Below this is a link for 'Capítulo de livro: The Potential of Refuse-Derived Fuel Production in Reducing the Environmental Footprint of the Cement Industry'.

At the bottom right of the news section, there is a link for 'Todas as notícias'.

On the left side of the page, there is a vertical navigation menu with the following items:

- Página Inicial
- Institucional
- Equipe Técnica
- Estudos e Pesquisas
- Projetos Especiais
- Plano de Saneamento Básico de Cachoeiro de Itapemirim
- Plano de Água, Esgoto e Gestão Integrada de Resíduos Sólidos
- Plano de Drenagem
 - Apresentação Plano Municipal de Drenagem
 - Agenda de eventos
 - Notícias
- Fale Conosco

2

3

Fonte: Autoria própria.

1 **8 FASES DO PLANO DE MOBILIZAÇÃO**

2 A operacionalização do Plano de Mobilização se dará por quatro fases principais,
3 de forma a alcançar os objetivos propostos.

4 8.1 FASE 1 - ESTIMULAR OS SETORES SOCIAIS A PARTICIPAREM DO 5 PROCESSO

6 Passando à operacionalização dos trabalhos, será realizado como primeira ação
7 deste plano de mobilização, a identificação das organizações dos diversos
8 setores sociais e contatação das instituições, com o envolvimento dos diferentes
9 segmentos da cidade (urbano e rural), com o objetivo de estimular os setores
10 sociais a participarem do processo.

11 Dessa forma, de forma a garantir a representatividade pretendida pelo PMD, será
12 necessário o envolvimento dos setores, não só para facilitar a obtenção de
13 informações com entidades públicas federais, estaduais e municipais, bem como
14 aquelas contidas nos empreendimentos privados necessárias à construção do
15 plano. Assim, o Lagesa/Ufes tentará envolver os seguintes setores e instituições
16 na construção do PMD apresentados de maneira sintética no Quadro 8-1 por
17 meio de reuniões setoriais, bem como contatos via ofícios, telefônicos e online.

1 Quadro 8-1 – Principais setores e instituições envolvidos na construção do PMD.

Instituições por setor			
Setores de Governo de Estado e Município			
IDAF	Secretaria de Estado de Saúde	Secretarias Municipais de Turismo	Secretarias Municipais de Educação
IEMA	Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos	Secretarias Municipal de Desenvolvimento Urbano	Gabinetes de Prefeituras
Agerh	Conselhos Ambientais Municipais	Secretarias Municipais de Planejamento	Câmara Municipal
Incaper	Ministério Público	Secretaria Municipal de Agricultura	Comitê de Bacia Hidrográfica
Defesa Civil	Consul	Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Corpo de Bombeiros
Polícias Militar e Civil	Amunes	Secretaria Municipal de Serviços Urbanos	Conselhos Municipais
COMANCI	Vigilância sanitária	Órgão Gestor da Política Municipal de Educação Ambiental	Gerência de Articulação Comunitária
Organizações/ Movimentos Sociais / Instituições do Terceiro Setor/ONGs			
Conselhos de Classes	Organizações de Catadores de materiais Recicláveis	Associações do Comércio	Sindicatos do setor Industrial
Sindimicro	Sindicatos do setor Imobiliário	Associações da Agricultura	Sindicatos do setor de Turismo
FAMOPOCI	Diocese	Sindicato dos Trabalhadores Rurais	Sindicato Rural
Conpec	Cáritas	OAB	COMUSA
Instituições de Ensino			
Ifes	FDCI	Escolas Municipais	Escolas Estaduais
Faculdade Pitágoras	Centro Universitário São Camilo	Multivix	Pesquisadores da Área Saneamento
Unip	Unopar	CETEM	-

2 Fonte: Autoria própria.

3 8.2 FASE 2 - DIVULGAR AMPLAMENTE O PROCESSO, AS FORMAS E 4 CANAIS DE PARTICIPAÇÃO.

5 Serão definidas, junto ao gestor do contrato, as estratégias de comunicação e
6 mobilização popular, de modo a acionar os diversos grupos e comunidades para
7 o processo (por exemplo: convites eletrônicos, publicações em redes sociais,
8 entre outros). Sendo identificados e avaliados o sistema de comunicação local e
9 sua capacidade de difusão das informações e mobilização sobre o Plano.

10 Será disseminado o acesso às informações sobre o diagnóstico e estudos
11 preliminares, os serviços prestados e sua avaliação, o processo e os eventos
12 previstos e as propostas, buscando sempre descentralizar as informações

1 produzidas pelo Plano e disponibilizar as informações necessárias à participação
2 qualificada da sociedade nos processos decisórios.

3 Além disso, serão periodicamente publicadas nos sites da PMCI e do
4 Lagesa/Ufes notícias sobre o andamento do projeto e forma de participação pela
5 população.

6 Também será proposta a realização e transmissões ao vivo (Lives) em redes
7 sociais junto a setores e instituições envolvidas com a PMD, como por exemplo
8 o Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Itapemirim, para divulgação do projeto, a
9 exemplo do trabalho realizado para a elaboração do PMAE/PMGIRS.

10 Figura 8-1 - Exemplo de divulgação por meio de transmissão ao vivo (live) em rede social.

The banner is for a live broadcast titled "SANEAMENTO BÁSICO DE CACHOEIRO". It features a blue background with a yellow top bar. At the top left, there is a "LIVE" icon with a play button. To the right, the title "SANEAMENTO BÁSICO DE CACHOEIRO" is displayed in white and yellow text, accompanied by icons for water, recycling, and a person. Below the title, two circular portraits are shown: Carina Prado da Silva, Presidente do CBH Rio Itapemirim, and Renato Siman, Coordenador do Laboratório de Gestão do Saneamento Ambiental da Ufes. The date and time "7 DE AGOSTO 17 H" are displayed in a white rounded rectangle. The Instagram handle "@CBH_RIOITAPEMIRIM" is shown in a dark blue rounded rectangle. At the bottom, the text "Vem participar com a gente!" is written in yellow. Logos for CBH Rio Itapemirim, the Municipality of Cachoeiro, and the Prefeitura de Cachoeiro are at the bottom.

11

12 Fonte: Autoria própria.

13

1 8.3 FASE 3 - PROMOVER A DISCUSSÃO E A PARTICIPAÇÃO POPULAR NA
2 FORMULAÇÃO, DISCUSSÃO DE PROPOSTAS E INSTRUMENTOS DO
3 PLANO

4 Esta fase busca ampliar a discussão sobre os aspectos relacionados ao
5 saneamento, promover a interação e o comprometimento da comunidade no
6 processo de elaboração do Plano, estimular o diálogo considerando a tradução
7 o entendimento da população, além da submissão do Plano aos conselhos
8 municipais relacionados.

9 8.4 FASE 4 - GARANTIR A AVALIAÇÃO E RESPOSTAS A TODAS AS
10 EMENDAS APRESENTADAS AO PLANO.

11 Nesta etapa serão coletados subsídios para elaboração do Plano, listando
12 prioridades de atendimento aos serviços de saneamento básico apresentadas
13 pelos representantes dos setores. Serão verificadas as informações fornecidas
14 pelos líderes, e se estas coincidem com os anseios da população, serão obtidos
15 pareceres da população interessada diretamente na construção do Plano,
16 garantindo que as opiniões sejam contempladas.

17

1 9 RESULTADOS ESPERADOS

2 Com base na apresentação dos dados coletados, a sociedade e o poder público
3 poderão discutir medidas eficazes, visando à implementação das melhorias nos
4 serviços de saneamento básico oferecidos. Assim, poderá ser definida a
5 responsabilidade dos atores envolvidos, com vistas a universalizar o acesso aos
6 serviços públicos. Portanto, a partir desse processo, a garantia de qualidade e
7 suficiência no suprimento, bem como melhores condições de vida à população
8 e das condições ambientais serão uma realidade mais concreta aos munícipes.

9 É de extrema relevância que o PMD dialogue com a educação ambiental e
10 sanitária. Sendo assim, espera-se que as prefeituras incentivem a sensibilização
11 das questões ambientais e sanitárias para reflexão do problema tanto no
12 processo de discussão do Plano, quanto no de execução. Afinal, para que a
13 população reveja seus hábitos e práticas e os readéquem, se for o caso, e esteja
14 receptível e consciente das novas tecnologias implementadas, é necessário que
15 exista um trabalho de educação ambiental e sanitária continuadas.

16 Espera-se ainda que, com a mobilização social, e as questões advindas dela,
17 como as percepções e opiniões dos moradores, assim como os diagnósticos
18 previstos no Plano, se efetivem na implementação de práticas e tecnologias
19 adequadas à realidade local, com a mitigação de eventuais impactos ambientais
20 e à saúde. Dito de outra forma visa-se que a mobilização exerça uma
21 conscientização da população e dos políticos para uma melhora da qualidade de
22 vida local.

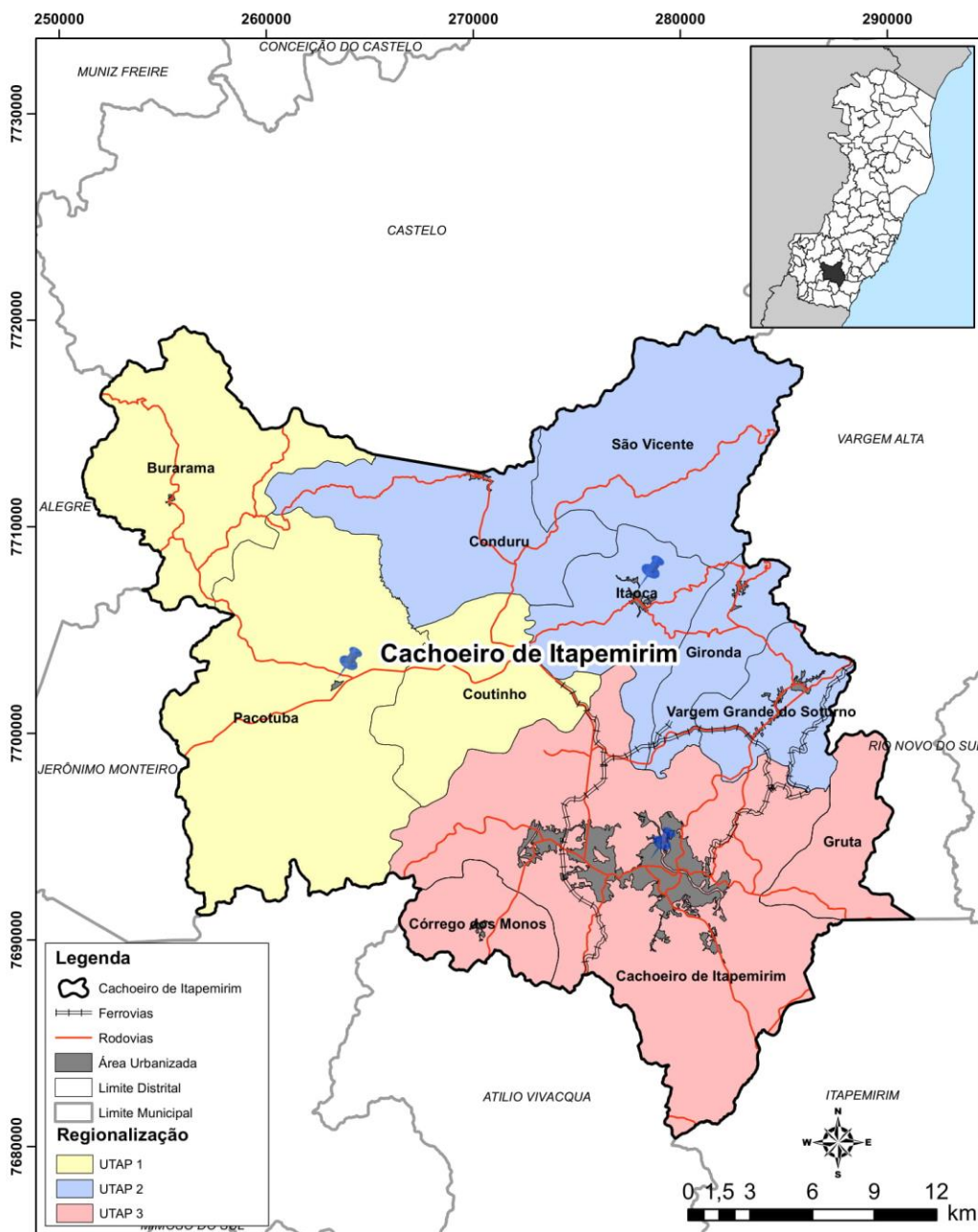
23 Outro resultado esperado desse processo participativo, que é a mobilização
24 social, é a construção de um cenário em que a população emergja como ator
25 efetivo, protagonista na identificação de problemas e proposição de soluções.

1 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 2 ABREU, Maria Helena Elpidio. PRADO, Tânia Bigosi do. **Estudo sobre a**
3 **Gestão pública e participação social na Cidade de Vitória – Agenda Vitória**
4 **(2008-2028)**. Vitória: PMV/SEGES, 2008. Disponível em
5 <www.vitoria.es.gov.br/agendavitoria>. Acesso em: 10 fev. 2022.
- 6 BRASIL. **Estatuto da Cidade**. Lei 10.257, de julho de 2001. Brasília: Câmara
7 dos Deputados, 2001.
- 8 BRASIL. Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental Programa de Educação
9 Ambiental e Mobilização Social em Saneamento. **Caderno metodológico para**
10 **ações de educação ambiental e mobilização social em saneamento**.
11 Brasília, DF: Ministério das Cidades, 2009.
- 12 CHAUI, Marilena. **Considerações sobre a democracia e obstáculos à sua**
13 **concretização**. In TEIXEIRA, Ana Claudia. **Os sentidos da democracia e da**
14 **participação**. São Paulo: Pólis, 2005.
- 15 FERRAZ, Ana Targina R. **Cenários da participação política no Brasil: os**
16 **conselhos gestores de políticas públicas**. Serviço Social e Sociedade, São
17 Paulo: Cortez, n. 88 nov, 2006.
- 18 IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades**. Brasil: IBGE,
19 2022. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>>. Acesso
20 em: 10 fev. 2022.
- 21 LAGESA. Laboratório de Gestão do Saneamento Ambiental. Disponível em:
22 <<https://lagesa.ufes.br/>>. Acesso em: 10 fev. 2022.
- 23 LEFREBVRE, Henri. **A cidade do capital**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.
- 24 LEFREBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. 5 ed. São Paulo: Centauro, 2009.
- 25 MOTA, Ana Elizabete. **Cultura da crise e seguridade social**. 3 ed. São Paulo:
26 Cortez, 2005.
- 27 Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim. Termo de Referência para
28 Elaboração do Plano Municipal de Drenagem e Manejo de Águas Pluviais
29 Urbanas - PMD. Cachoeiro de Itapemirim: 2022.

- 1 Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim. Homepage. Disponível em:
- 2 <<https://www.cachoeiro.es.gov.br/>>. Acesso em: 10 fev. 2022.
- 3 SILVA, Ademir. **A gestão da seguridade social brasileira**. São Paulo: Cortez,
- 4 2004.
- 5 SILVA. Jeane Andréia Ferraz Silva. **Sociedade Civil e Conselhos de**
- 6 **Assistência Social: contradição entre o adensamento e o esvaziamento da**
- 7 **participação**. 2005. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em
- 8 Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Centro de Ciências
- 9 Sociais. Faculdade de Serviço Social. Rio de Janeiro, 2005.

1 APÊNDICE A – MAPA DAS UTAPS DEFINIDAS PARA CACHOEIRO DE
 2 ITAPEMIRIM.



Referencial:
 Limites Federativos e Municipais.....IBGE
 Limite de distritos.....IJSN (2010)
 Data: 20/02/2020
 Autor: Roberta Sousa Menequini

Georreferenciamento:
 Coordinate System: SIRGAS 2000 UTM Zone 24S
 Projection: Transverse Mercator
 Datum: SIRGAS 2000

3
 4 Fonte: Autoria própria.

REALIZAÇÃO:



Cachoeiro
de Itapemirim

EXECUÇÃO:



LAGESA



UFES



Fundação Espírito-santense de Tecnologia

CONTATO

LAGESA

☎ (27) 4009-2676 / (27) 4009-2168

✉ coordenacaolagesa@gmail.com

🌐 <https://lagesa.ufes.br>

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE (SEMMA)

☎ (28) 3155-5311

✉ semma@cachoeiro.es.gov.br

🌐 <https://www.cachoeiro.es.gov.br/meio-ambiente-semma>